



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 5/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim


Realizada em 11 de março de 2015

----- Aos onze dias do mês de março de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 04/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 25 de fevereiro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra, aprovar a referida Ata. Apresentaram a seguinte declaração de voto: “ *Aprovação da Ata da reunião anterior. 1.º Considerando que a Ata da reunião de Câmara de 25/02/2015 omite a referência, necessariamente resumida e não estão explanados factos importantes nas intervenções dos*



vereadores José Carlos Pereira e Dalila Barros, no período antes da ordem do dia, nomeadamente nas declarações que expressaram e que são omissas declarações do senhor presidente, apesar de solicitadas para que constassem em Ata. 2.º Considerando que as intervenções em causa são de extrema importância para o esclarecimento dos factos ocorridos, e que as mesmas constam da gravação da reunião, passamos a transcrever: A vereadora Dalila Barros usou da palavra e disse “ sempre nos foi dito que tínhamos a liberdade para consulta dos documentos e que os poderíamos solicitar aos técnicos e pergunto ao senhor presidente, os vereadores da oposição tem ou não liberdade para consulta de processos e documentos da Autarquia”. O senhor presidente leu um mail supostamente enviado aos vereadores da oposição, onde refere que deverão os mesmos, apresentar por escrito os pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos, nos termos previstos nos n.º 1 e 2 do artigo 8.º do regimento da Câmara municipal, ficando omissa na ata **“apresentar por escrito”**. A vereadora Dalila Barros leu o que diz a Ata n.º 16/2014 onde o vereador José Galrito, referindo-se ao passado afirma, “em mandatos anteriores enquanto vereador opositor sempre lhe foi transmitido que consultasse os serviços técnicos da Câmara quando ocorresse qualquer dúvida, ou consulta de documentos. Continuando o senhor presidente a insistir que deveriam os vereadores da oposição solicitar as informações e documentos por escrito, tendo a vereadora Dalila perguntado ao senhor presidente onde é que isso está escrito na Lei. Tendo o senhor presidente referido que os vereadores não têm direito de entrar nos gabinetes e importunar as pessoas que estão a trabalhar (minuto 34,41 da gravação da reunião). Tendo o vereador José Carlos solicitado que ficasse em Ata o que o senhor presidente referiu, mas tal afirmação encontra-se omissa. No que diz respeito ao assunto da obra do espaço guadiana, não como está referido na Ata, o vereador José Carlos afirmou que existem leis e regras que têm que ser cumpridas e que a partir do momento em que o prazo da obra ultrapassou todos os limites plausíveis, isto é a partir da quarta prorrogação de prazo que os vereadores do PSD votaram contra, porque os argumentos da fiscalização e empreiteiro não eram justificáveis e que sem deliberação da Câmara para prorrogar o prazo, o empreiteiro deveria ter sido punido. 3.º Considerando que

4

as referidas declarações não foram transcritas para a Ata na íntegra, como solicitado; 4.º Considerando que tem sido recorrente as Atas omitirem factos apresentados pelos vereadores do PSD e beneficiam sempre o explanado pelo executivo permanente, utilizando termos que não são apresentados nas reuniões, o que consideramos uma falha bastante grave, votamos contra. Os vereadores do PSD”, -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para questionar o presidente se é costume pagar horas extraordinárias, aos funcionários, quando necessita de consultar processos, nas horas laborais, dado que a mesma não poderá fazê-lo.-----

----- O presidente usou da palavra para mencionar que não entende a questão colocada, bem como informar que os pedidos, dos vereadores opositores, devem ser apresentados, conforme estipulado. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T- dois da Tesouraria (n.º46) respeitante ao dia 10 de março, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.216.212,50; -----

----- Operações Orçamentais - € 878.197,84; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 330.602,51. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente interveio para solicitar a inclusão do seguinte ponto **“PROJETO PILOTO MICRO REDE/ACORDO DE PRINCÍPIO ENTRE ENERCOUTIM, ENREDORIZONTE, AREAL E CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM,** na ordem de trabalhos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para alertar, no seguimento da última reunião, para o facto de “mais uma vez, sermos confrontados”, com documentos entregues “em cima da hora”, apesar de compreender que existem assuntos/matérias de extrema importância, no entanto, considera que deve existir uma preparação prévia. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros usou da palavra para questionar quando é que o processo teve o seu término, tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que o documento ficou terminado na passada segunda-feira. -----

R

----- O vereador José Pereira interveio para frisar que são muitas vezes condescendentes com o executivo permanente, na aprovação de documentos urgentes, em que existe um telefonema, a solicitar ou não, a inclusão de documentos, ao invés do referido assunto, que estava terminado na segunda-feira passada e não entraram em contato. -----

----- O vereador José Galrito interveio para sugerir um intervalo, para análise do processo introduzido, na ordem de trabalhos, tendo o presidente corroborado com a sugestão proposta. -----

----- O vereador José Pereira interveio para discordar com o proposto, uma vez que está em causa o procedimento tomado pelo presidente, tendo o vereador Paulo Paulino referido que o “assunto era prática corrente, no passado”. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção mencionando que não existe reunião, que não sejam confrontados com assuntos “há última da hora”, tendo o vereador Paulo Paulino frisado que existem reuniões em que não foram incluídos pontos, e que no passado haviam “os outros assuntos”. -----

De seguida o vereador José Pereira interveio para aludir que eram decisões políticas, dado à diferente forma de trabalhar de cada um, e como tal deve haver respeito e não o incómodo pelas questões apontadas, uma vez que existe um Regimento e Leis a cumprir. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para frisar que não existe qualquer incómodo, por parte do executivo permanente, e que respeita a maneira de atuar dos opositores, pois faz parte da sua estratégia política, no entanto, o executivo age em consonância com aquilo que as leis mandam. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos Vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros a inclusão do ponto, na ordem de trabalhos. -----

----- O presidente interveio para informar das alterações existentes, nos pontos 6 (seis) e 10 (dez), da ordem de trabalhos. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para entregar os documentos alusivos aos visitantes do Castelo e Núcleos Museológicos, entre o ano de 2000 e 2014, tendo a vereadora Dr^a. Dalila Barros usado da palavra para referir que os documentos foram entregues quarenta e cinco dias depois de solicitados. ---

8

O vereador sr. Paulo Paulino continuou a sua intervenção fazendo uma retrospectiva dos eventos/iniciativas ocorridos(as), nomeadamente sobre a BTL-Feira Internacional de Turismo, em que o stand da Edilidade contou com uma forte aposta no turismo de natureza, ativo e de aventura, bem como na promoção de eventos, deixando de seguida um agradecimento à equipa técnica do Município, pelo trabalho desenvolvido, disponibilidade e profissionalismo demonstrado. Continuou assinalando a 1.ª Edição da Prova de resistência para motos 4 horas TT Pereiro-Alcoutim, em que estiveram presentes mais de três dezenas de equipas nacionais e internacionais, e que foi considerada um êxito, pelo que “destaca” a excelente organização do evento pela Associação Inter-Vivos e Grupo Desportivo de Alcoutim. Ainda deu nota da Feira do Pão Quente e do Queijo Fresco, que tem-se afirmado como uma iniciativa essencial na divulgação e promoção do concelho, e no 25.º Troféu Alpendre Internacional do Guadiana, organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo (FPC), e que contou com equipas internacionais. -----

----- O vereador José Galrito interveio para enaltecer a parceria existente entre as entidades envolvidas, na organização da 1.ª Edição da Prova de resistência para motos 4 horas TT Pereiro-Alcoutim, bem como destacar o apoio da União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro. -----

----- O presidente interveio para firmar os elogios demonstrados, bem como endereçar uma palavra de apreço ao Orlando Romana, Luís Teixeira e Vítor Teixeira. De seguida informou os presentes da negociação e contrapartida existente para a passagem da Volta ao Algarve, no concelho de Alcoutim. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para endereçar igualmente uma palavra de apreço às pessoas envolvidas nas “4 horas TT”, dado que é “com união que conseguimos realizar estes tipos de eventos”. Ainda deu conta que a Feira em Vaquerios, já atingiu um elevado nível e que consegue atrair muitos visitantes, ao concelho. Quanto à prova do 25.º Troféu Alpendre adiantou que não corrobora com a data escolhida e/ou duplicação de provas desportivas, uma vez que tinha ocorrido uma recentemente, apesar de concordar com as mesmas, informando de seguida que devido à má divulgação, a restauração e comércio, não tinham condições para receber o evento, e pelo facto de ocorrer outra iniciativa de elevado impacto, em Vaqueiros. -----

P

----- O vereador Paulo Paulino interveio para informar que existiu divulgação do evento, em todos os estabelecimentos comerciais/restauração, bem como no site/facebook da Edilidade e FPC. Quanto à data da prova informou que foi escolhida pela Federação, com o objetivo de aproveitar equipas estrangeiras que se encontravam em estágio no Algarve, bem como “dar nome à prova”, e que a passagem da prova, pela localidade de Vaqueiros beneficiou a feira. Findou referindo que a sobreposição dos eventos, proporcionou uma grande aderência aos restaurantes, ao invés do que acontecia em anos transatos. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que não é necessário gastar elevados montantes, na divulgação, bastando apenas o contato pessoal com os responsáveis, e que a preocupação demonstrada é no sentido da duplicação de eventos, separados por 15 dias e verbas gastas que “são muito úteis no presente e futuro”. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para informar que solicitou aos serviços, que a informação acerca do evento, fosse divulgada em cafés, sede de Freguesia e espaços públicos, no entanto, desencadeará uma averiguação, tendo o presidente adiantando de seguida que após auscultação efetuada, teve conhecimento, que o referido evento proporcionou bastante dinâmica, nos restaurantes do concelho, todavia, poderá ter havido insatisfações. -----

----- O vereador José Pereira interveio para corroborar com o referido, dado que não “se consegue agradar a todos”, no entanto, tem conhecimento da existência de insatisfações, dando como exemplo as opiniões demonstradas no facebook da Autarquia. Finalizou referindo, que independentemente da importância ou não da prova, a Câmara Municipal de Alcoutim” não deve” embarcar em todas as propostas, das demais entidades.-----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra novamente para informar que a comparticipação financeira a atribuir à FPC, inclui as duas provas. Continuou a sua intervenção referindo, que no ano transato, o senhor vereador criticou a não passagem da Volta ao Algarve, sugerindo que a Autarquia a garantisse, independentemente do custo associado, tendo de seguida informado da negociação existente com FPC e Edilidade. -----

----- O vereador José Pereira interveio para reforçar que não é contra a

prova desportiva, uma vez que a mesma, é, das mais importantes, a nível regional. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para fazer menção ao conteúdo do artigo 4.º do Regimento da Câmara Municipal, no que concerne ao prazo de resposta do presidente, às solicitações dos vereadores da oposição, informação essa que ficou omissa no mail, enviado pelo Chefe de Gabinete, e nesse sentido pronunciou a seguinte informação: “ *Nós pedimos os contratos da CEI e CEI + há 30 dias e ainda não foram entregues, as faturas do GDA/Inter-vivos há 15 dias e não foram entregues, as entradas do Castelo do ano de 2014, foram entregues pelo vereador Paulo Paulino 30 dias depois e 45 dias as referentes ao ano de 2013, os documentos da União de Freguesias que solicitei há já algum tempo, sobre as estruturas, foram-me entregues 4 meses depois, e como tal considera que existe um incumprimento, do Regimento, por parte do presidente da Câmara*”, -----

----- O vereador José Galrito interveio para informar, no que concerne às faturas da Associação Inter-Vivos e GDA só poderão ser entregues posteriormente, dado que ainda está a ocorrer o acerto de contas. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para solicitar cópia do documento, relativo ao incumprimento previsto, no artigo 62.º do Orçamento de Estado, e informar que não tinha conhecimento do mail, enviado pelo Chefe de Gabinete, uma vez que o mesmo foi enviado para um correio eletrónico desconhecido, e como tal apresentou o seguinte protesto, que se passa a transcrever: “*Na passada reunião de 25/02/2015, tendo sido barrada a informação e acesso a documentos aos vereadores da oposição, alegando o senhor presidente através de um mail supostamente enviado aos mesmos, que estes eram obrigados a efetuar esses pedidos para esclarecimento e consulta de documentos por escrito, alegando o nº 1 do artigo 4º da Lei 24/98 de 26 de maio, do estatuto do direito de oposição e o previsto no nº1 e 2 do artigo 8º do Regimento da Câmara Municipal. Então vejamos, Senhor presidente:*-----

1º - Conforme o nº 1 do artigo 4º da Lei nº 24/98, Estatuto do Direito de Oposição, os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a atividade municipal;-----

Q

2º - Conforme o nº 1 do artigo 8º do Regimento da Câmara Municipal, nas reuniões ordinárias haverá um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, podendo o mesmo ser prorrogado por decisão do presidente até ao máximo de 30 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia; -----

3º - Conforme o nº 2 do artigo 8º do Regimento da Câmara Municipal, o período antes da ordem do dia é distribuído proporcionalmente ao número de vereadores para, pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos. -----

4º - Não é referido que tais pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos deverão ser efetuados por escrito. -----

5º - Refere sim, o nº 4 do mesmo artigo que o período restante é destinado a votações e a prestações de esclarecimentos pelo presidente, ou por quem ele indicar, podendo os esclarecimentos serem prestados por escrito, em momento posterior. -----

6º - O nº 3 do artigo 4º do Regimento da Câmara refere que o presidente deverá responder, no prazo de 10 dias, aos pedidos de informação apresentados pelos vereadores. -----

Caro presidente, face ao exposto solicitamos que seja dado cumprimento ao estipulado no Regimento da Câmara Municipal e no Estatuto do Direito de Oposição, uma vez que os mesmos não estão a ser respeitados por V. Exa. Os vereadores do PSD. -----

----- A vereadora Drª Dalila Barros interveio para fazer uma pequena resenha, no âmbito das notícias publicadas no jornal do Baixo Guadiana, edição de março de 2015, designadamente: "1º Título – Município de Alcoutim apoio Cruz Vermelha: recordo-me de ter sido efetuada uma reportagem televisiva com o Sr. e o Dr. Manuel Martins nas Alcarias, mais uma vez vou questionar, o Sr. Presidente de quantas vezes é que o Dr. Manuel Martins acompanhou a referida unidade móvel? Quantos dias a unidade móvel dispõe de um enfermeiro real ou continua a ser a Sr. Fátima Gonçalves, já sei que mais uma vez não está dentro do assunto e responderá depois, os munícipes de Alcoutim merecem respeito. -----

Ry

2º Título – Ermida de Nossa Senhora da Conceição já é imóvel de interesse público: pode ler-se «A Ermida recentemente restaurada» Sr. Presidente, mais uma vez o Sr. tenta enganar quem lê, apenas quero informá-lo que o projeto de restauro aconteceu entre 1993-1996, mais propriamente em 1994. O arranjo no exterior em 2006. Em 1998 – Núcleo de Arte Sacra. Como vê Sr Presidente, o restauro dista de há 10 anos, mas o Sr. afirma que é seu, apenas um pequeno embuste. 3º - Câmara de Alcoutim faz levantamento de necessidades na saúde oral dos Municípios: vou informar o Sr Presidente que em 2010 foi aberto o 1º consultório de medicina dentária em Alcoutim. Acordo entre a Câmara liderada pelo Dr. Francisco Amaral e a Santa Casa da Misericórdia, já nessa altura permitia às famílias carenciadas, o acesso gratuito à saúde oral, com um investimento de 13.200 € em 2012. Já na altura eram cerca de 500 consultas. Como vê Sr Presidente nada trás de novo. Continua no plágio. 4º - Grupo Desportivo de Alcoutim: Sr Presidente já várias vezes os atletas de Alcoutim foram campeões nacionais e regionais e é com grande satisfação que vemos os nossos jovens, chegarem tão longe a nível desportivo. Mas conforme compreenderá foi uma aposta forte do anterior executivo e não sua. -----

----- O presidente interveio para mencionar que não entende as declarações incómodas feitas pela vereadora. Continuou a sua intervenção referindo que o Dr. Manuel Martins acompanhou várias vezes a Unidade Móvel de Saúde (UMS), e que no momento, não o faz devido a problemas de saúde, bem como que o projeto da UMS encontra-se em estudo de alteração. Quanto aos enfermeiros informou que inicialmente, haviam mais socorristas, mas que no momento, tem conhecimento que existe uma técnica a acompanhar. Em relação às notícias do GDA adiantou que eventualmente poderia não promover a comunicação das mesmas, e afirmar que isso era da competência do anterior executivo, porém, considera que isso nunca poderá ocorrer, sendo que “era isso que vocês fariam, se fosse o inverso”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que não existe qualquer incómodo em divulgarem as “coisas” do anterior executivo, mas sim pelo facto de a notícia publicada não ser verdadeira. Relembrou igualmente que foi aprovado, um protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa – extensão de Martim Longo, no âmbito da UMS e nesse sentido considera importante, se não

existe cumprimento de uma parte, a Câmara deverá tomar as devidas diligências, porque estão em causa “dinheiros públicos”. tendo o presidente informado que a Câmara Municipal encontra-se a analisar o assunto. -----

----- O vereador José Galrito interveio para frisar que cada presidente de Câmara, independentemente do Partido, tem a missão de melhorar as condições dos munícipes, bem como que cada Associação/Clube tem uma direção autónoma, e nesse sentido não poderá existir uma dissociação do êxito dos mesmos, sem referenciar a Câmara Municipal, uma vez que devemos apoiar-los, para “crescerem mais”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para corroborar com o referido, e adiantar que não se deve misturar a política com a gestão dos clubes, bem como mencionar que estão desde a 1.ª hora, a apoiar os clubes/associações, porém, existem é pontos de vista diferentes. De seguida mencionou que na última reunião, mostrou a sua preocupação em relação ao incumprimento dos limites previstos, no artigo 62.º da Lei 82-B/2014 (Orçamento de Estado) e pelo facto de “a porta se encontrar fechada”, para novas contratações, e como tal no seguimento das declarações do presidente na reunião da Assembleia Municipal, questiona “se existem dados novos, qual a penalização do município pelo facto de não ter cumprido e se a Edilidade vai ou não penalizada em 2016 com as transferências do Estado?”. -----

----- O presidente usou da palavra para referir que o Orçamento da Câmara Municipal foi aprovado, em outubro e que só tiveram conhecimento do Orçamento de Estado (OE), nomeadamente das novas regras, no final de dezembro, e como tal já “não havia muito a fazer”. Continuou referindo que o OE proíbe a contratação para os municípios com desequilíbrio, no entanto, as Edilidades cumpridoras também serão prejudicadas, dado que essa limitação com as despesas de pessoal incluem também a aquisição de pessoas singulares (ex. bailes), acontecendo que a média das receitas, líquidas, correntes cobradas nos últimos três anos são dois milhões e quinze mil euros, e a Edilidade em sede de despesa ultrapassou esse valor, podendo concluir-se que a regra imposta foi feita/elaborada, com dados consolidados. Findou referindo que no caso de não cumprimento, a Lei diz que não podemos aumentar o limite, do último ano, no entanto, se o valor for superior, poderá, advir um prejuízo nas transferências

do Estado, e como tal a Câmara encontra-se a ponderar e analisar o assunto, para que não haja penalizações. -----

----- O vereador José Pereira interveio para lembrar que no orçamento de 2015, constava no mapa de pessoal a entrada de sete colaboradores, e nesse sentido questiona se no presente ano, continuamos a poder contratar esse número de colaboradores, tendo o presidente esclarecido que esses procedimentos concursais transitaram do ano de 2014, e “as restantes contratações é que se encontram fechadas”. O vereador continuou a sua intervenção questionando se existe ou não documentação, nomeadamente parecer/despacho para facultar, e que mencione que face ao incumprimento de 2015 a Câmara Municipal não seja penalizada, uma vez que as dúvidas persistem, tendo lido de seguida o artigo 6.º do artigo 62.º, da referida Lei.---

----- O presidente usou da palavra para referir que a informação que contém ainda não se encontra formalizada, e que já solicitou parecer jurídico sobre a matéria, sendo que disponibilizará posteriormente. Findou referindo que o entendimento que é feito é que a Edilidade tem que, cumprir o limite imposto (os dois milhões oitocentos e quarenta mil euros), e que possui documento contabilístico sobre a média da receita, líquida corrente, tendo o vereador lembrado que é o documento que já foi solicitado. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para mencionar que “tem muito orgulho do que foi feito no passado, e que também espera ter orgulho do que será feito no presente e no futuro”. Quanto à UMS frisou que deveria ocorrer uma retificação ao protocolo, uma vez que não está a ser cumprido, a nível de médico e enfermeiros. Finalizou referindo que considera importante uma análise aprofundada, por parte do executivo permanente, no que concerne às faturas entregues sobre as emissões televisivas, da Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, na questão do IVA e datas distintas, tendo o vereador Paulo Paulino usado da palavra para esclarecer que a questão apontada prende-se pelo facto do IVA não ter sido contabilizado, a quando da atribuição do subsídio. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que as propostas deveriam ser mais esclarecedoras. Questionou de seguida se a Empreitada de Execução do Espaço Guadiana encontra-se terminada ou não? -----

R

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para informar que foi feita a receção provisória, no passado dia 09 de março, com parte da obra fechada, faltando apenas a parte do Som e alguns ensaios que constam no Auto, designadamente questões de AVAC – Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, e de funcionamento. Deu ainda nota que foi detetada uma anomalia, no WC masculino, junto ao palco, e que já se encontra em retificação/correção. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS/LAR DE MARTIM LONGO – Substituição de Caução:**

Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa à Substituição de Caução, apresentada pela firma CONSDEP – Engenharia e Construção S.A e referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar que seja solicitada à LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua S.A, a substituição de caução da garantia autónoma n.º 2015.00646 com a importância de € 19.759,32 (dezanove mil setecentos e cinquenta e nove euros e trinta e dois cêntimos), correspondente a 5% de reforço de caução. -----

----- **EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A PEREIRO, VICENTES, SERRO DA VINHA DE BAIXO E CIMA E COITO – Cancelamento de Garantias Bancárias:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa ao cancelamento de garantias bancárias, apresentada pela firma HIDRALGAR – Equipamentos Eletromecânicos S.A, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

R
✓

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o cancelamento das garantias bancárias n.º 2544.000175.993, no montante de € 16.285,62 (dezasseis mil duzentos e oitenta e cinco euros e sessenta e dois cêntimos), emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A, n.º N00346116, no montante de € 10.783,00 (dez mil setecentos e oitenta e três euros), emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A, n.º 2544.000511.993, no montante de € 3.461,82 (três mil quatrocentos e sessenta e um euros e oitenta e dois cêntimos), emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. -----

----- **EMPREITADA DE EM 507 - PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO TROÇO CRUZAMENTO DA EN 122 A ALCOUTIM -**

Liberação Parcial de Garantias Bancárias Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, referente à empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A., que seja liberado da apólice n.º 0080.10.003798 a importância de € 10.047,20 (dez mil e quarenta e sete euros e vinte cêntimos), ficando remanescente o valor € 23.443,46 (vinte e três mil quatrocentos e quarenta e três euros e quarenta e seis cêntimos), da apólice n.º 80.10.004007 a importância de € 10.047,20 (dez mil e quarenta e sete euros e vinte cêntimos), ficando remanescente o valor € 23.443,46 (vinte e três mil quatrocentos e quarenta e três euros e quarenta e seis cêntimos, referente ao 1.º ano. -----

----- **EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO ESPAÇO GUADIANA (SALÃO DE FESTAS) - Restituição de Depósito de Caução de Adiantamento:** Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, tendo em vista a

R

restituição de caução, no montante de € 8.654,23 (oito mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e vinte e três cêntimos), à Firma Someropi-Obras Públicas e Industriais Lda, referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a restituição da caução, no montante de € 8.654,23 (oito mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e vinte e três cêntimos), à Firma Someropi-Obras Públicas e Industriais Lda.-----

----- **VISTORIA DE SALUBRIDADE DE EDIFÍCIO NA LOCALIDADE DE BARRADA – MARTIM LONGO:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se informe a Sr^a Ana Maria dos Santos Pereira Custódio que dispõe de uma prorrogação para que conclua as medidas relatadas no Auto de Vistoria elaborado pela Comissão de Vistorias, para uns adicionais noventa dias, bem como que seja informado o reclamante do teor da informação da Comissão de Vistorias. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E O CLUBE DE KARATÉ DE ALCOUTIM E MARTIM LONGO:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira, referente ao Contrato Programa entre a Câmara Municipal de Alcoutim e o Clube de Karaté de Alcoutim e Martim Longo, com um encargo anual até € 6.000,00 (seis mil euros). -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para mencionar que continua com as mesmas dúvidas, no que concerne à alínea b) da cláusula terceira, no âmbito do Evento/Ocupação Tempos Livres, e como tal questiona se o montante direcionado para essa iniciativa encontra-se englobado nos seis mil euros, tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que o esse valor encontram-se incluídos. De seguida a vereadora continuou a sua intervenção referindo que é da opinião que essa informação deveria constar na proposta, dado que a mesma continua sem quaisquer alterações, ao qual o vereador Paulo Paulino sugeriu a aprovação do contrato programa, com as alterações apresentadas.---

----- O presidente usou da palavra para referir que não corrobora com a dúvida apresentada, uma vez que a única despesa fixa são os mil euros, o restante valor irá depender do número de inscrições que vão ocorrer durante o ano, e nesse sentido os cinco mil euros, podem ou não ser consumidos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para alertar para o facto de ocorrer um valor superior, no que concerne ao número de participantes, tendo o presidente usado da palavra para mencionar se essa situação ocorrer, será presente a reunião para correção, bem como referir que o contrato programa é diferente dos restantes protocolos, uma vez que cada entidade paga 50% (Autarquia e Clube), sendo o Clube de Karaté responsável por apresentar, mensalmente, as fichas da Atividade, com o número exato dos participantes. - O vereador usou da palavra para mencionar que o que está em causa é aprovarmos um protocolo que continua a conter erros, e não termos conhecimento do valor a despendar bem como referir que é da opinião que se deverá adotar medidas idênticas, para os vários clubes/associações, se não existem dois pesos e duas medidas, tendo o presidente referindo que a quantia a desembolsar é seis mil euros. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para adiantar que o valor em questão é com base nos indicadores que possuímos, no que concerne ao número de atletas, sendo cinco mil euros, previstos em despesas com formação e mil euros com o evento.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. Apresentaram a seguinte declaração de voto: "*A razão da*

nossa abstenção é porque não está expresso no Protocolo, o valor correto, e nem foram dadas as explicações que nós solicitamos, em relação ao texto do Protocolo”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para relembrar, no seguimento da última reunião, que o valor atribuído à Associação de Guitarras do Algarve foi negociado, pelo anterior executivo, em que o investimento é feito na totalidade pelo Município, ao invés deste contrato-programa. -----

----- O vereador José Pereira interveio para frisar que concorda com a informação prestada, todavia, considera que os valores na atualidade são demasiado excessivos, devido à situação que o país atravessa, tendo a vereadora acrescentado que o assunto teve o consentimento e aprovação dos vereadores opositores, na altura. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio novamente para referir no próximo ano sugerirá alteração do valor, ao qual o vereador José Pereira mencionou que já devia ter ocorrido, no presente ano. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para mencionar que no anterior executivo, votava o assunto condicionado, uma vez que também considerava valores excessivos. -----

----- O presidente interveio novamente para recordar que o contrato programa foi um documento elaborado pelo atual executivo permanente, em que existe uma partilha de custos, refletindo a “nossa preocupação”, em relação às questões financeiras e “com a necessidade de atribuir aos encarregados de educação, a responsabilidade de assiduidade dos respetivos educandos, e que deu todos os esclarecimentos, que só não entenderam porque não fazem um esforço para isso”. -----

----- **PLANOS MUNICIPAIS PARA A IGUALDADE:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal designar como representante do município, a Técnica Josélia Teixeira Vicente

Rodrigues Palma, para integrar a Comissão de Acompanhamento, do referido protocolo. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para alertar para a inexistência falhas no texto do Protocolo, tendo o presidente esclarecido que faltou nomear o responsável para integrar a Comissão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o presente protocolo de cooperação. -----

----- **PROPOSTA DE ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL:** Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, no sentido de Câmara Municipal deliberar a renovação do Protocolo da Universidade do Porto, com vista ao apoio da participação de jovens no programa Universidade Júnior, no período de 05 a 12 de julho. -----

----- O presidente usou da palavra para mencionar que a proposta em epígrafe, contempla igualmente um protocolo com a Universidade do Algarve, porém, o mesmo será presente posteriormente a reunião, dado que, ainda carece de análise por parte da reitoria.-----

----- O vereador José Pereira interveio para referir “que é bom ouvi-lo ao final de um ano” referir que irá contratualizar um protocolo com a referida entidade, uma vez que foi sugestão dos vereadores opositores, no ano transato. Referiu ainda que existem procedimentos que são tomados de diferentes formas, dando como exemplo a inexistência de proposta, no processo em discussão, “sendo erros atrás de erros, em todas as reuniões, e difícil de reconhecer”, constando apenas uma informação técnica. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a renovação do protocolo da Universidade do Porto. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para referir que no processo, deverá ser incluída, uma proposta do presidente da Câmara. -----

----- **BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DO CONCELHO DE ALCOUTIM – Ano Letivo de 2014/2015 – Retificação de deliberação:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa

Q

à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos dos artigos 174.º 175.º do Código de Procedimento Administrativo retificar o ato administrativo de deliberação tomada a 25 de fevereiro, substituindo-se por nova deliberação com a respetiva informação de cabimento de despesa. -----

----- O presidente interveio para solicitar a colaboração do Chefe de Divisão, Dr. João Dias, a fim de prestar esclarecimentos adicionais. -----

----- O Chefe de Divisão usou da palavra para esclarecer que o processo foi novamente presente a reunião, para renovação da deliberação, dado que o mesmo, na última reunião do executivo não vinha acompanhado com a ficha de cabimento, e como tal o processo administrativo está ferido de nulidade, sendo o ato nulo e ineficaz. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que no ponto anterior os documentos não vinham bem colocados e que o chefe de divisão “acabou de informar” que o processo da última reunião é nulo, uma vez que não constava a ficha de cabimento, e como tal considera que o presidente “cometeu mais uma vez uma gaffe e não reconhece”, ao qual o presidente adiantou que o ponto foi aprovado por unanimidade. O vereador continuou a sua intervenção referindo que votou favoravelmente, no entanto alerta para os erros/falhas, “pois tem consciência do que está a fazer”, sendo o processo em questão diferente, dado que “estamos a retificar uma deliberação, por falha do procedimento”, ao qual o presidente referiu que ninguém detetou essa anomalia/falha, tendo de seguida o vereador referido que “você é que não colocam em Ata, oiçam as gravações”. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para alertar para a incorreção existente, na data mencionada na lista definitiva, dado, não coincidir com o dia da reunião, e “depois diga-me que nós não vimos”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

D
✓

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A TERMALISTUR – TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL EM, S.A:** Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, no sentido de Câmara Municipal deliberar aprovar o protocolo de colaboração, a cima referenciado. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar se a finalidade do protocolo é a definição dos termos e condições de parceria a estabelecer, no que concerne às percentagens de desconto, ao qual o presidente mostrou a sua concordância com o referido, tendo adiantado que é a primeira vez que a Edilidade contratualiza com a empresa, uma vez que em anos transatos, a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim é que era responsável. --

----- O vereador José Pereira usou da palavra para alertar para a ausência do objeto, no conteúdo do Protocolo, bem como para a inexistência da proposta do presidente, a acompanhar o processo, tendo o presidente adiantado que o protocolo visa um programa de tratamento termal. -----

O vereador continuou a sua intervenção corroborando com a explicação, mencionando de seguida que quando vota favoravelmente, colocando em causa os procedimentos “é um alerta para si e para mim”. Findou referindo que o processo remetido, aos vereadores opositores, não se encontra correto, devido às razões apontadas anteriormente, porém corrobora com a Atividade. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO MUSICAL DO ALGARVE:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a minuta de protocolo entre a Associação Musical do Algarve e o Município de Alcoutim. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para alertar para a omissão

9

do valor a participar, na proposta e protocolo, bem como informar que o processo enviado aos vereadores da oposição, encontra-se incompleto, e nesse sentido solicita as devidas explicações. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que os erros nos procedimentos são constantes, reforçando igualmente a ideia que o processo encontra-se incompleto. Continuou referindo que votou favoravelmente o assunto, em anos transatos, no entanto, no corrente ano votará contra, dado que considera que a referida Atividade, apesar de cultural, não se enquadra no concelho de Alcoutim, uma vez que a assistência é diminuta, durante os concertos. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para sugerir que o assunto seja retirado, devido à existência de anomalias no processo. Ainda deu nota que se realizou recentemente em Alcoutim, um concerto com a referida Orquestra, em que houve grande aderência do público, e que irá ocorrer novo concerto, no verão. Findou referindo que existem outros espetáculos de menor qualidade, “por um preço muito mais elevado”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra novamente para referir que Orquestra Clássica do Sul, no momento, subsiste à base dos municípios e demais entidades, nomeadamente de dinheiros públicos, e como tal considera que deveria existir uma negociação para valores inferiores, tendo em conta a Edilidade e número de espetáculos. -----

----- O presidente interveio para mencionar que “entende e aceita” que o valor seja excessivo, em termos financeiros, porém o projeto em epígrafe, é, uma estratégia Regional, que engloba os 16 (dezassex) municípios. Informou de seguida, que o assunto será retirado, para esclarecimentos adicionais. -----

----- **CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a comparticipação financeira de € 15.800,00 (quinze mil e oitocentos euros), ao

Centro de Apoio aos Trabalhadores da CMA, para fazer face às despesas com o jantar de Natal e aquisição de prendas para os filhos dos funcionários. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para solicitar cópia das faturas, e relembrar que o presidente tem 10 (dez) dias para facultar as mesmas, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Regimento. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a comparticipação financeira de € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para fazer face às despesas com a Prova Nacional de Esperanças, no próximo dia 19 de abril. ---

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para mencionar que na proposta do presidente, não consta data nem assinatura, bem como solicitar cópia das faturas. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para frisar “se a vereadora acha que é razoável o que está solicitar”, uma vez que a mesma tem conhecimento do voluntariado associado a estas iniciativas, e das situações em que é impossível contabilizar questões a nível logístico, todavia “disponibilizaremos as mesmas”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para esclarecer que a vereadora solicita é “uma justificação”, dando como exemplo processos que contêm dois ou mais orçamentos e outros não tem nenhuns, e como tal considera que “devemos” ser justos, corretos para com todas as entidades “ e é o que não acontece”. Findou referindo que o executivo permanente tem a obrigação de facultar essas informações, nos termos do direito da oposição “e para que

R

exista uma votação em consciência”, sendo que os vereadores opositores têm provado, nas reuniões, que os processos não vem completos. -----

----- O presidente usou da palavra para explicar que a atribuição do subsídio foi em função do Plano de Atividades, apresentado pelo Grupo Desportivo de Alcoutim (GDA). -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para questionar se os vereadores opositores “estão a acusar-nos de facilitismo ao GDA”, ao qual foi esclarecido pelo vereador José Pereira que não. O vereador continuou a sua intervenção referindo que foi entregue um orçamento pelo referido Clube. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que o referido orçamento devia constar no processo, tendo o vereador Paulo Paulino entregado o documento. -----

----- O presidente sr. Osvaldo Gonçalves interveio para mencionar que os vereadores opositores deveriam ter consultado os documentos originais. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **25.º TROFÉU RESTAURANTE ALPENDRE INTERNACIONAL DO GUADIANA/Ratificação:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a comparticipação financeira de € 4.000,00 (quatro mil euros), à Federação Portuguesa de Ciclismo (FPC), para fazer face ao 25.º Troféu Restaurante Alpendre Internacional do Guadiana, no transato dia 08 de março, bem como ratificar o despacho, ao abrigo do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar a razão da ratificação, ao qual o presidente esclareceu que a mesma prende-se pelo facto

da FPC carecer do valor antes da realização da prova. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para alertar para a falta do pedido por parte da referida entidade, no processo, ao qual foi esclarecido pelo presidente que o mesmo se encontrava na pasta original. -----

-----O vereador José Pereira interveio novamente para mencionar que os documentos deviam ser enviados “como deve ser”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do vereador José Pereira aprovar a referida proposta. -----

----- **ADECMAR – ISENÇÃO DE TAXA DE RUÍDO:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e outras Receitas, reconheça a concessão da isenção de taxa de ruído requerida pela Associação ADECMAR, para a atividade a realizar no dia 14 de março de 2015. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROJETO PILOTO MICRO REDE/ACORDO DE PRINCÍPIO ENTRE ENERCOUTIM, ENREDORIZONTE, AREAL E CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal nos termos da alínea o), r) e t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o referido Acordo de Principio. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou por unanimidade dos presentes, (presidente Osvaldo Gonçalves, vereadores Paulo Paulino e José Galrito), aprovar a referida proposta. -----

----- Os vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, não participaram na

votação, por se encontrarem ausentes da Sala, uma vez que não estavam em condições para votar o assunto, dado, que não tiveram acesso ao processo, com a devida antecedência. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Miguel Vitorino Dias, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente

O Secretário